CNPJ 02.474.103/0001-19 – NIRE 4230002438-4
Companhia Aberta - Registro CVM nº 1732-9

ATA DA 82ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA ENGIE Brasil Energia S.A., realizada nos dias 9 e 11 de fevereiro de 2021

Aos 9 (nove) e 11 (onze) dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e um, às 9 horas e 14 horas respectivamente, reuniram-se, por meio da plataforma Teams, em atenção às medidas restritivas para prevenção à COVID-19, os membros titulares do Conselho Fiscal da ENGIE Brasil Energia S.A., os Srs. Waltamir Barreiros, Carlos Guerreiro Pinto e Milre Felix Neto, com a seguinte ordem do dia: 1 – Exame das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, incluindo propostas da Administração sobre reserva de retenção de lucros com o respectivo orçamento de capital e distribuição de dividendos; 2 – Exame do Relatório Anual da Administração; 3 – Exame da Execução Orçamentária; e 4 – Assuntos Gerais, associados à pauta. Participaram também os Srs. Vespasiano Pinto Salerno, Manoel Eduardo Bouzan de Almeida e Anderson Paiva Martins, membros suplentes do Conselho Fiscal, como convidados em virtude da reunião ocorrer de forma virtual. Presidiu os trabalhos o Conselheiro Waltamir Barreiros, e como secretário Osmar Osmarino Bento. Dando início, o presidente agradeceu a presença de todos e passou ao 1º item da pauta, Exame das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, incluindo propostas da Administração sobre reserva de retenção de lucros com o respectivo orçamento de capital e distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, passando a palavra ao Sr. Marcelo Cardoso Malta, Diretor Financeiro da Companhia, que comentou os principais eventos ocorridos no exercício de 2020, com destaque para: a) revisão do valor a ser pago pelo carvão em decorrência da eficiência energética das unidades geradoras do CTJL; b) o registro da receita relativa à repactuação do risco hidrológico (Lei nº 14.052/2020); c) o ganho da ação judicial sobre a incidência de PIS e Cofins sobre o ICMS; d) o reconhecimento de *impairment* referente a ativos da Companhia e de ágio e mais-valia na aquisição da controlada ENGIE Geração Solar Distribuída S.A.; e) os investimentos na aquisição da Novo Estado Transmissora de Energia S.A.; na aquisição da participação remanescente na Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG); e o dividendos distribuídos pela TAG; f) as operações de captações de recursos em moeda nacional e externa; g) o pré-pagamento de dívida da controlada Companhia Energética Estreito; e h) a aprovação de distribuição dividendos intercalares e crédito de JCP no exercício de 2020 e a proposta de distribuição de dividendos complementares, prestando os esclarecimentos suscitados sobre esses temas. Ato contínuo passou a palavra ao Sr. Paulo Roberto Keller de Negreiros, gerente da Unidade Organizacional Gestão Contábil, que apresentou e prestou esclarecimentos sobre os principais eventos que influenciaram as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, com destaque para: a) o resumo dos indicadores financeiros; b) os efeitos nos resultados dos eventos não recorrentes; c) os eventos que impactaram nos resultados financeiros acumulados e na evolução do EBITDA; d) a evolução do lucro líquido acumulado; e) as variações nas receitas e custos líquidos operacionais acumulados; e) o resultado da equivalência patrimonial acumulada; e f) as mutações nas contas do ativo e do passivo. Dando continuidade, o Sr. Paulo Roberto Keller de Negreiros apresentou e prestou esclarecimento sobre a proposta da administração de destinação do lucro líquido, incluindo a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária, nos seguintes valores: a) Reserva Legal – R$ 139.854.525,24; b) Reserva de

Incentivos Fiscais – R$ 35.133.013,11; c) Reserva de Retenção de Lucros – R$ 638.669.403,00; d) Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio no valor total bruto de R$ 2.016.754.364,44, correspondente a R$ 2,4717315830 por ação, assim composto: (i) Dividendos Intercalares declarados na 206ª RCA, de 30.07.2020, no valor de R$ 677.688.153,38 (R$ 0,8305737385 por ação); (ii) Dividendos Intercalares declarados na 214ª RCA, de 15.12.2020, no valor de R$ 554.472.125,49 (R$ 0,6795603315 por ação); e (iii) Juros sobre o Capital Próprio creditados na 214ª RCA, de 15.12.2020, no valor de 175.000.000,00 (R$ 0,2144797773 por ação); e (iv) Dividendos Adicionais – R$ 609.594.085,57 (R$ 0,7471177357 por ação). Para justificar a retenção de lucros, conforme dispõe o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações (LS/A), foi apresentada a proposta de Orçamento de Capital, que considera um Programa de Investimento no valor de R$ 5.838.217.986,25, destinado aos exercícios de 2021, 2022 e 2023, nos valores de R$ 3.516.564.564,61, R$ 1.567.961.176,44 e R$ 753.692.245,20, respectivamente; Passando ao 2º item da pauta, Exame do Relatório da Administração, os Srs. Rafael José Caron Bosio e Caio Miralles de Araujo, gerente e analista de sustentabilidade da U.O. Relações com Investidores da Companhia, respectivamente, apresentaram a proposta de Relatório da Administração prestando os esclarecimentos os principais assuntos abordados no relatório; Dando prosseguimento, passou-se ao 3º item da pauta, Exame da Execução Orçamentária: O Sr. Leonardo Depiné, gerente da Unidade Organizacional Planejamento Financeiro e Controle, apresentou a realização orçamentária do exercício de 2020, prestando os esclarecimentos sobre os principais eventos que influenciaram a execução orçamentária e o balanço de energia. O presidente do Conselho Fiscal informou que os trabalhos seriam interrompidos e retomados em 11.02.2021, às 14 horas, para análise das alterações porventura deliberadas pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião agendada para as 9 horas de 11.02.2021, nos assuntos constantes da ordem do dia acima descrita, previamente examinados no dia 09.02.2021, sobre os quais o Conselho Fiscal deve opinar. Reaberto os trabalhos em 11.02.2021, às 14 horas, presentes a totalidade dos membros titulares e suplentes deste Conselho Fiscal, inicialmente o presidente da mesa informou que o Conselho de Administração não deliberou qualquer alteração nas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31.12.2020; na proposta da Administração sobre a reserva de retenção de lucros com o respectivo orçamento de capital; sobre a destinação do lucro líquido do exercício; nem no Relatório Anual da Administração. Na sequência passou a palavra ao Sr. Fernando de Souza Leite que fez uma apresentação sobre os trabalhos realizados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes referentes aos trabalhos de auditoria independente sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, ressaltando a independência da Deloitte Touche Tohmatsu em relação aos serviços prestados e que o relatório foi por ela emitido sem qualquer ressalva. Após as discussões pertinentes acerca das informações prestadas e tendo os Conselheiros recebido os esclarecimentos sobre os pontos levantados e tomado conhecimento do inteiro teor do Relatório do Auditor Independente sobre Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas emitido em 11 de fevereiro de 2021, os membros do Conselho Fiscal deram por concluído o exame dos assuntos constantes da Ordem do Dia, não identificando nenhum fato de aspectos relevantes que mereçam registro. Por fim, o presidente da mesa submeteu aos demais conselheiros a proposta de parecer a ser submetido à Assembleia Geral Ordinária o qual, após análise e feitos os ajustes sugeridos, os conselheiros titulares aprovaram o teor do parecer, nos seguintes termos: *"**PARECER DO CONSELHO FISCAL** - Os membros do Conselho Fiscal da ENGIE Brasil Energia S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis compostas pelo balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e pelas demonstrações do resultado do*

exercício; do resultado abrangente; das mutações do patrimônio líquido; do fluxo de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, as respectivas notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro líquido do exercício para reserva legal, reserva de incentivos fiscais, reserva de retenção de lucros, dividendos e juros sobre o capital próprio. Foi, também, examinado o orçamento de capital, no valor total de R$ 5.838.217.986,25, destinado aos 3 exercícios subsequente, de 2021, 2022 e 2023, nos valores de R$ 3.516.564.564,61, R$ 1.567.961.176,44 e R$ 753.692.245,20, respectivamente, o qual foi elaborado em conformidade com os requisitos legais e se destina à aplicação direta na manutenção do parque produtivo e em investimentos em novos empreendimentos, o que enseja a constituição da reserva de retenção de lucro no valor de R$ 638.669.403,00 proposta pelo Conselho de Administração da Companhia. Com base nos exames efetuados e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, emitido sem ressalvas em 11 de fevereiro de 2021, bem como as informações e esclarecimentos recebidos dos representantes da administração ao longo do exercício, os membros do Conselho Fiscal expressam a opinião de que os documentos em apreço, bem como a proposta de destinação do lucro líquido do exercício apresentada pelo Conselho de Administração estão em condições de serem aprovados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Florianópolis, 11 de fevereiro de 2021."; e 4 – Assuntos Gerais: Por solicitação do presidente do Conselho o Sr. Paulo Roberto Keller de Negreiros prestou alguns esclarecimentos adicionais sobre as tratativas relativas do GSF (Generation Scaling Factor) com relação às usinas onde a Companhia possui participação em consórcio. Todos os arquivos com as apresentações realizadas serão mantidos na Companhia como anexos desta ata. **Encerramento**: Posta a palavra à disposição, não houve qualquer manifestação, o que ensejou o Presidente dar por encerrados os trabalhos da presente reunião, agradecendo a participação de todos e as esclarecedoras informações sobre as dúvidas suscitadas, solicitando que fosse lavrada a presente ata por mim, secretário, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e será assinada pelos membros do Conselho Fiscal nominados abaixo e por mim, secretário, por meio do DocuSign.

Florianópolis/SC, 11 de fevereiro de 2020.

Waltamir Barreiros
Conselheiro Presidente

Carlos Guerreiro Pinto
Conselheiro

Milre Felix Neto
Conselheiro

Osmar Osmarino Bento
Secretário